

COMUNICAÇÃO ORAL

DIRETRIZES E CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

DIRETRIZES GERAIS:

- Os trabalhos aprovados deverão ser apresentados na modalidade de Comunicação Oral;
- Para as apresentações, pelo menos um dos autores deverá estar devidamente inscrito no evento;
- A apresentação poderá ser feita por até 2 (dois) autores do trabalho;
- A apresentação deverá ser minuciosamente planejada, com durabilidade de 10 minutos, sendo facultado ao (a) Coordenador(a) do Grupo de Trabalho de Comunicação Oral a possibilidade de tolerância temporal de até 5 (cinco) minutos;
- Para apresentação serão disponibilizados kit multimídia (computador, datashow e som) acoplado às salas com os aplicativos básicos instalados. Para tanto, recomenda-se o uso de arquivos no formato em .ppt (power point) salvos em *pen drive*, *hd* externo ou outros aparatos similares;
- Durante a apresentação não serão permitidas modificações na estrutura, análises e fundamentos dos textos aprovados, devendo serem expostos somente os conteúdos avaliados pelo Comitê Científico;
- Ao final das apresentações, os interessados poderão se inscrever para a realização de perguntas e considerações temáticas e metodológicas;
- A NÃO apresentação do trabalho implica no cancelamento da emissão do certificado, bem como a desistência de publicação do trabalho nos ANAIS do evento;
- Após a apresentação, será entregue pelo Coordenador do Grupo de Trabalho um certificado de Comunicação Oral, contendo o(s) nome(s) do(s) autor(es) e o título do trabalho apresentado;
- Dúvidas ou esclarecimentos podem ser remetidos pelos interessados à Comissão Organizadora através do correio eletrônico semanajuridica@centrouniversitariounifg.edu.br.

CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

11 DE ABRIL DE 2019					
TÍTULO DO TRABALHO	GRUPO DE TRABALHO	AVALIADORES (AS)	DATA	HORÁRIOS	SALA
O direito à cidade e sua relação com a dignidade humana: uma análise comparada da obra “o cortiço” e a cidade de Lajedinho (BA)	GT 1: DIREITO, LITERATURA E HUMANIDADES NO CONTEXTO CONSTITUCIONAL	Bruno Miola da Silva Pollianna Fernandes da Silva Santos	11 de abril	14h30min às 14h45min	12
Uma análise da usucapião coletiva urbana sob a ótica da concepção freyriana das transformações da moradia no Brasil	GT 1: DIREITO, LITERATURA E HUMANIDADES NO CONTEXTO CONSTITUCIONAL	Bruno Miola da Silva Pollianna Fernandes da Silva Santos	11 de abril	14h45min às 15h	12
<i>Sessão de debates</i>	<i>GT 1: DIREITO, LITERATURA E HUMANIDADES NO CONTEXTO CONSTITUCIONAL</i>	<i>Bruno Miola da Silva Pollianna Fernandes da Silva Santos</i>	<i>11 de abril</i>	<i>15h às 15h30min</i>	<i>12</i>
Dispensando o indispensável: um estudo de caso sobre a operação burla e as fraudes no procedimento de dispensa licitatória.	GT 2: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: OBSTÁCULOS E SUPERAÇÕES NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO	Bruno Miola da Silva Pollianna Fernandes da Silva Santos	11 de abril	15h30min às 15h45min	12
Análise do Decreto nº. 1 de 2 de janeiro de 2017 do município de Guanambi-Ba à luz da laicidade do Estado	GT 2: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: OBSTÁCULOS E SUPERAÇÕES NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO	Bruno Miola da Silva Pollianna Fernandes da Silva Santos	11 de abril	15h45min às 16h	12
Cassação do Mandato do Deputado Federal Eduardo Cunha: Ativismo ou Garantismo Constitucional?	GT 2: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: OBSTÁCULOS E SUPERAÇÕES NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO	Bruno Miola da Silva Pollianna Fernandes da Silva Santos	11 de abril	16h às 16h15min	12
Direito de Águas: análise crítica das Políticas Públicas para a erradicação da seca no Sertão Produtivo Baiano	GT 2: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:	Bruno Miola da Silva Pollianna Fernandes da Silva Santos	11 de abril	16h15min às 16h30min	12

	OBSTÁCULOS E SUPERAÇÕES NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO				
<i>Sessão de debates</i>	<i>GT 2: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: OBSTÁCULOS E SUPERAÇÕES NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO</i>	<i>Bruno Miola da Silva Pollianna Fernandes da Silva Santos</i>	<i>11 de abril</i>	<i>16h30min às 17h</i>	<i>12</i>
A necessária (re)semantização do princípio do contraditório na construção de um modelo democrático de processo	GT 3: ACESSO À JUSTIÇA, DIREITO PRIVADO E EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL	Ana Paula Gimenez Deborah Marques Pereira	11 de abril	14h30min às 14h45min	13
Justiça Restaurativa aplicada em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher	GT 3: ACESSO À JUSTIÇA, DIREITO PRIVADO E EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL	Ana Paula Gimenez Deborah Marques Pereira	11 de abril	14h45min às 15h	13
Abandono afetivo: o debate estabelecido pelo ordenamento jurídico brasileiro acerca da admissão da responsabilidade civil em decorrência da formação do caráter da criança e do adolescente	GT 3: ACESSO À JUSTIÇA, DIREITO PRIVADO E EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL	Ana Paula Gimenez Deborah Marques Pereira	11 de abril	15h às 15h15min	13
<i>Sessão de debates</i>	<i>GT 3: ACESSO À JUSTIÇA, DIREITO PRIVADO E EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL</i>	<i>Ana Paula Gimenez Deborah Marques Pereira</i>	<i>11 de abril</i>	<i>15h15min às 15h45min</i>	<i>13</i>
O Princípio da Igualdade: Desenvolvimento e Aplicabilidade no Estado Democrático de Direito	GT 7: DIVERSIDADE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CONSTITUCIONALIZAÇÃO	Ana Paula Gimenez Deborah Marques Pereira	11 de abril	15h45min às 16h	13
<i>Sessão de debates</i>	<i>GT 7: DIVERSIDADE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CONSTITUCIONALIZAÇÃO</i>	<i>Ana Paula Gimenez Deborah Marques Pereira</i>	<i>11 de abril</i>	<i>15h15min às 15h45min</i>	<i>13</i>
12 DE ABRIL DE 2019					
TÍTULO DO TRABALHO	GRUPO DE TRABALHO	AVALIADORES (AS)	DATA	HORÁRIOS	SALA
A justiça restaurativa como uma ferramenta de enfrentamento ao preconceito religioso	GT 5: DIREITO PENAL DE EMERGÊNCIA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	Flavia Siqueira Cambraia Júlio Cesar Boa Sorte Leão Gama	12 de abril	14h30min às 14h45min	10

O Princípio da Duração Razoável do Processo como meio de Concretização do Acesso à Justiça	GT 5: DIREITO PENAL DE EMERGÊNCIA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	Flavia Siqueira Cambraia Júlio Cesar Boa Sorte Leão Gama	12 de abril	14h45min às 15h	10
Conservadorismo, dignidade da pessoa humana, garantismo penal, princípios da execução da pena: conjunto de reflexões sobre o projeto de lei no 10857/2018	GT 5: DIREITO PENAL DE EMERGÊNCIA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	Flavia Siqueira Cambraia Júlio Cesar Boa Sorte Leão Gama	12 de abril	15h às 15h15min	10
<i>Sessão de debates</i>	<i>GT 5: DIREITO PENAL DE EMERGÊNCIA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS</i>	<i>Flavia Siqueira Cambraia Júlio Cesar Boa Sorte Leão Gama</i>	<i>12 de abril</i>	<i>15h15min às 15h45min</i>	<i>10</i>
A desapropriação-sanção no direito à cidade: uma análise sobre a (in)aplicação desta técnica mediante o inadimplemento do IPTU progressivo no tempo	GT 6: POLÍTICA URBANA E DIREITO À CIDADE	Catia Guimarães João Paulo Soares e Silva	12 de abril	14h30min às 14h45min	11
Política urbana e direito à cidade: análise da expansão da mancha urbana de Guanambi nos anos de 1987 a 2017	GT 6: POLÍTICA URBANA E DIREITO À CIDADE	Catia Guimarães João Paulo Soares e Silva	12 de abril	14h45min às 15h	11
Direito à cidade em foco: análise do processo de implementação do programa minha casa minha vida fase I e II na cidade de Urandi-Bahia	GT 6: POLÍTICA URBANA E DIREITO À CIDADE	Catia Guimarães João Paulo Soares e Silva	12 de abril	15h às 15h15min	11
A extrafiscalidade dos tributos municipais como proteção ao meio ambiente: uma análise da teoria dos riscos de Ulrich Beck	GT 6: POLÍTICA URBANA E DIREITO À CIDADE	Catia Guimarães João Paulo Soares e Silva	12 de abril	15h15min às 15h30min	11
<i>Sessão de debates</i>	<i>GT 6: POLÍTICA URBANA E DIREITO À CIDADE</i>	<i>Catia Guimarães João Paulo Soares e Silva</i>	<i>12 de abril</i>	<i>15h30min às 16h</i>	<i>11</i>

Guanambi/BA, 03 de abril de 2019.

COMISSÃO ORGANIZADORA